

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA



DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade - Disciplina - Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

DIREÇÃO DO PLANEAMENTO

Edição Nº 4
Ano 2018

Relativo ao ano económico de 2017

“Boletim Económico de 2017”

ÍNDICE

- ✚ Economia Internacional
- ✚ Economia Nacional
- ✚ Inflação
- ✚ Finanças Públicas
- ✚ Balança Comercial
- ✚ Sector Monetário e Financeiro
- ✚ Perspectivas para 2018 e 2019

A **Direção do Planeamento (DP)**- é órgão central do aparelho do Estado que está sobre a tutela do Ministério que superintende a área de planeamento, criada através do Decreto nº 24/2016, publicado no Diário da República, em 30 de Dezembro de 2016, e tem por missão superintender técnica e metodologicamente o Sistema Nacional de Planeamento, formular políticas e estratégias sectoriais, distritais e regional de acordo com os objectivos de políticas e planos globais de desenvolvimento. Neste quadro, a DNP conta com três direções e duas células:

- Direção de Planeamento e Prospectiva,
- Direção de Monitoria e Avaliação
- Direção de Políticas Macroeconómicas,
- Célula de Administração e Pessoal e
- Célula de Gestão de Informação e Documentação.

A Direção de Política Macroeconómica (DPM), é um serviço executivo direto que, observando os objectivos do executivo nos domínios de estabilidade macro-económica e de desenvolvimento económico sustentável, participa no progresso de coordenação e garantia da consistência das políticas fiscais, monetárias, do sector externo, do sector real e de rendimento de preços.

Em 2017, o crescimento da economia nacional desacelerou ligeiramente situando-se em 3,9%, dado que o impulso da despesa pública foi limitado pela menor entrada de recursos externos. A inflação em termos homólogos aumentou para 7,7% no final de 2017, impulsionada, sobretudo pela pluviosidade atemporal e fatores extraordinários, como novos impostos e taxas sobre as importações. Espera-se que o crescimento económico se mantenha em torno de 4% em 2018 e acelere gradualmente no médio prazo, apoiado por projetos com financiamento externo nos setores da construção, da agricultura e do turismo.

1. Economia Internacional

Segundo o relatório actualizado de Janeiro do FMI a atividade económica mundial continua a fortalecer, e estima-se que o crescimento tenha aumentado 3,7% em 2017, isto é, mais de 0,5 pontos percentuais que o registado em 2016. Essa recuperação do crescimento é generalizada e foi marcada na Europa e na Ásia. Para 2018 e 2019 há perspectivas de um crescimento ainda mais promissor e espera-se que nesses anos esse crescimento seja de 3,9%, em média.

Nas **economias avançadas**, o crescimento em 2017 (2,3%) foi mais forte do que o registado em 2016 (1,7%). Nos **Estados Unidos** registou-se um crescimento de 2,3% em 2017, percentagem superior ao registado em 2016 (1,5%). Para 2018 e 2019, projecta-se que a economia norte americana cresça 2,7% e 2,5% respectivamente.

A **Zona Euro** registou um crescimento de 2,4% em 2017, sendo superior a 1,8% registado em 2016 e espera-se que as projeções do crescimento para essa economia em 2018 e 2019 diminua atinjindo 2,2% e 2%, respectivamente. Dentro da economia da zona euro, o destaque vai para **Portugal**, que cresceu 2,7%, mais 1,2 pontos percentuais do que verificado no ano anterior e maior crescimento desde 2000. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016.

Para os **países emergentes e em desenvolvimento** estima-se que o crescimento de 2017 foi de 4,7%, ou seja, mais 0,3p.p comparando com o ano 2016 (4,4%), e espera-se que o crescimento registre 4,9% em 2018 e 5% em 2019. A **China** é uma das economias que contribuiu para esse forte crescimento e estima-se que em 2017 ela cresceu 6,8%, valor

superior ao 6,7% em 2016. Para os anos de 2018 e 2019, o crescimento será de 6,6% e 6,4%, respectivamente.

Na **África Subsariana** houve um aumento significativo do crescimento económico, onde o PIB saiu de 1,4% em 2016 para 2,7% em 2017 (valor estimado). Nos próximos dois anos (2018 e 2019) espera-se que a economia atinja um crescimento de 3,3% e 3,5% respectivamente.

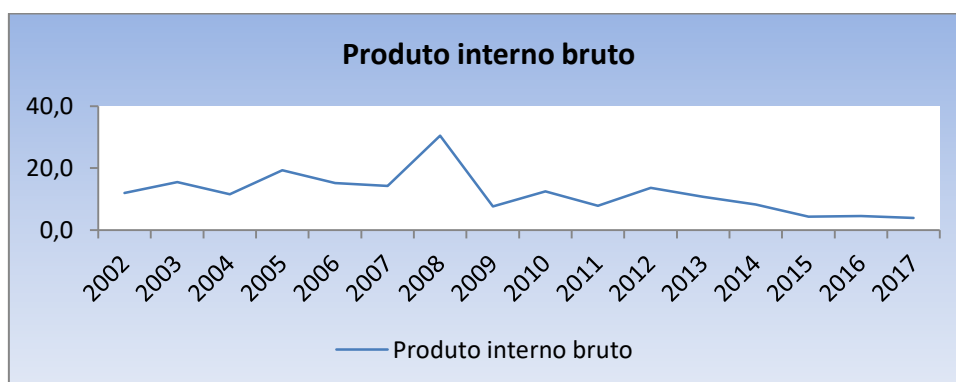
2. Economia Nacional

O desempenho macroeconómico de São Tomé e Príncipe em 2017 foi afectado pelo atraso nos desembolsos dos financiamentos externos com impacto negativo na execução de projectos de investimento público, bem como, no baixo nível do crescimento do crédito à economia.

Desta feita, estima-se que a economia santomense registou em 2017 um crescimento de 3,9%, abaixo da meta projectada de 5% e perspectiva-se que o crescimento real possa vir a ser superior em 2018 (5%), em resultado do aumento de investimento na construção (a expansão do aeroporto e estradas), na agricultura e no turismo. Ademais, o reatamento de relações diplomáticas com a China em Dezembro de 2016, é provável que se acelere o investimento e o apoio económico deste país, inclusivamente pelo setor privado, como indica o aumento das visitas de empresários chineses e a recente criação de uma associação de empresas chinesas. Alguns novos projetos financiados pelo Banco Mundial e a UE poderão ter o seu início em 2018.

O Índice Ibrahim de Governança Africana (IIAG) de 2017 revela que São Tomé e Príncipe regista uma pontuação de 61 (em 100) na Governança Global, ocupando o 11º lugar dentre os 54 Estados Africanos. A pontuação a nível do continente africano coloca São Tomé e Príncipe, numa posição favorável. A pontuação nacional é superior à média africana (50,8) e superior à média regional da África Central (42,6).

Gráfico 1: Taxa de crescimento real do PIB



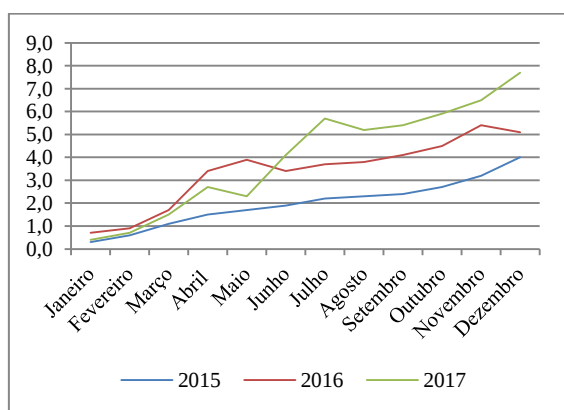
Fonte: INE e FMI

3. Inflação

A inflação em 12 meses acelerou em meados do ano, chegando a 7,7% no final de Dezembro de 2017, a taxa mais alta desde 2013, impulsionada, sobretudo pelo aumento de preços dos bens produzidos localmente, derivado do excesso de precipitação prejudicou a produção de algumas culturas, reforçado com a adoção do novo cabaz de referência para o índice de preços, em 2016, o qual representa mais fielmente os padrões de consumo e reflete de uma forma mais precisa as oscilações provocadas pelas fortes variações dos preços dos bens alimentares de produção local, Estima-se que a inflação em 2018 e 2019 será em média 5%.

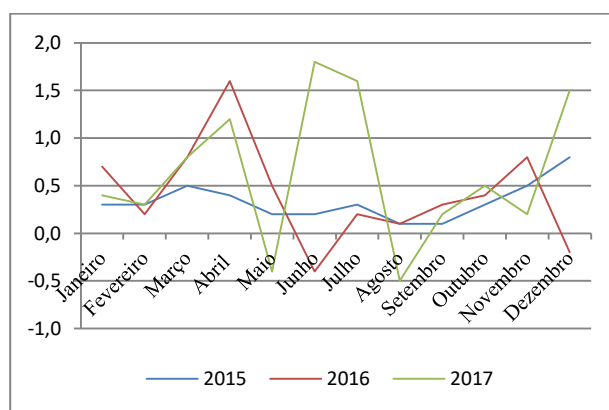
Nos últimos dois anos a inflação acumulada vem apresentando uma tendência crescente com a subida dos preços dos produtos tanto nacional como internacional e principalmente com os bens de primeira necessidades. O último trimestre do ano 2017 mostra uma subida vertiginosa da taxa de inflação de 7,7% contra 5,1% do período homólogo, com uma variação de 2,6%, a inflação mais alta registada nos últimos três anos. Esta evolução da taxa de inflação está em partes associada as alterações das Taxas aduaneiras do Decreto-Lei N.º13/2016 de Tributação Aduaneira dos imposto sobre consumo de Bebidas Espirituosas, Alcoólicas e Tabaco que foi publicado em 2 de Novembro de 2016, pela subida dos preços dos produtos locais devido a mudanças climáticas, falta de produtos que compramos no exterior para plantar por ultimo a especulação dos preços dos produtos.

Gráfico nº 2: Inflação Acumulada



Fonte:INE

Gráfico 3: Inflação Mensal



Fonte:INE

4. Finanças Públicas

O ano de 2017 foi dedicado ao fortalecimento da gestão das finanças públicas, esforços foram encetados no sentido de impedir novos atrasados de pagamentos internos, reduzir o atual stock de atrasados. Foram tomadas medidas para cumprir as metas orçamentais para o final de 2017.

Desta feita, o governo reduziu o défice orçamental de 4% em 2016 para 1,9% em 2017, ainda assim, acima da meta acordada com os parceiros de Bretton Woods para o ano (150.617 milhões de Dobras, 1,8% do PIB). A moderada entrada de receitas correntes domésticas, sobretudo as aduaneiras, associadas a pressão das despesas primárias internas, com maior relevância para despesas com pessoal, contribuíram para esse nível de défice. Como contrapartida o défice foi coberto, por um lado, pelo financiamento interno, mais concretamente pela emissão do Bilhete do Tesouro (BT) e Transferência da Conta Nacional de Petróleo, e do lado externo, sobretudo pelos desembolsos de empréstimos de Angola, BADEA e FMI. Desta feita, o orçamento de 2018 visa prosseguir com a consolidação orçamental para baixar o défice primário interno para 1% do PIB.

O governo reduziu o défice orçamental em 2017 mediante o alinhamento da despesa com receitas inferiores ao esperado. Estão já em curso esforços no sentido de reforçar as receitas através da arrecadação dos atrasados fiscais e da introdução do IVA.

4.1.Receitas

Dados da execução orçamental e financeira, até Dezembro do ano em análise, apresentado pela Tabela das Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostra que as receitas totais tiveram uma execução de 67,9% do programado, ou seja, menos 10,2% do arrecadado que no mesmo período do ano transacto. A baixa execução das receitas total, deveu-se sobretudo, as receitas efetivas (74,4%, ou seja, menos 12,9% em relação ao período homólogo), que não cumpriram a meta estabelecida em consequência da arrecadação modesta das receitas correntes (90,3%) e da entrada diminuta dos donativos (57,7%), com particular destaque para não entrada do donativo para financiamento do OGE.

As receitas fiscais tiveram um nível de realização de 87,8%, mais 9,2% do arrecadado no período homólogo de 2016, correspondendo a 12,6% do PIB, impulsionado pelo aumento verificado ao nível dos impostos directos e impostos indirectos em 7,2% e 10,5%, respetivamente. Outras Receitas Fiscais registaram uma arrecadação 24% do

programado. Quanto as receitas não fiscais, constata-se que as mesmas tiveram um grau de execução acima da meta projectada para o período, em 14,9 p.p., que entretanto, representa uma diminuição de 23,4% face ao registado no mesmo período do ano transacto.

Quadro 1 - Receitas Públicas

Indicadores (Em Milhões de dobras)	Progr. 2017	Real 2016	Estimativa 2017	Txa. exec.	Txa. cres
Receitas Totais	2.390,0	2.145,5	3.160,4	67,9%	-10,2%
Receitas Efectivas	2.167,8	1.888,6	2.537,9	74,4%	-12,9%
Receita Correntes	1.129,7	1.174,4	1.300,9	90,3%	4,0%
DONATIVOS	1.038,0	714,2	1.237,0	57,7%	-31,2%
Receitas fiscais	948,9	1.035,9	1.180,4	87,8%	9,2%
Imp. Directos	377,3	404,6	438,6	92,2%	7,2%
Rec. aduaneiras	570,7	630,9	740,1	85,2%	10,5%
Rec. não fiscais	180,9	138,5	120,5	114,9%	-23,4%

Fonte: Direção Orçamento

4.2.Despesas

As Despesas Totais registaram no ano 2017, uma execução que ascendeu ao montante de 2.189.361 milhões de Dobras, representando assim uma taxa de execução de 69,3% do programado e menos 16,7% do executado no ano 2016. O seu modesto desempenho e a diminuição verificada, devem, por um lado, a baixa execução das despesas de investimentos públicos em decorrência da baixa mobilização dos recursos internos, principalmente por parte dos recursos de privatização, assim como dos recursos externos, na sua vertente de crédito, para financiar projectos inscritos no orçamento, e por outro lado, a adoção de medidas de contenção de despesas de funcionamento, no âmbito do orçamento retificativo.

As Despesas Primárias, estas tiveram uma realização de 1.280.622 milhões de Dobras, ficando nos 88,7% do programado, e com uma variação homóloga negativa de 6,5% face ao realizado no ano 2016. O nível de execução bem como o modesto decréscimo do valor desta rubrica deveu-se fundamentalmente a baixa realização das despesas que constam no programa de investimentos públicos, tanto as financiadas com recursos internos como com externo, associadas a contenção das despesas de funcionamento, em decorrência das medidas adotadas no âmbito do orçamento retificativo, que passou pela redução dos custos com o consumo de alguns bens e serviços.

As Despesas de Investimentos Públicos ficaram em 51,0% do previsto, que corresponde a 9,6% do PIB e menos 31,5% quando comparado com igual período do ano transacto, condicionado pela não entrada de recursos de privatização, a baixa mobilização de

recursos provenientes dos donativos e créditos (necessariamente concessionais) para financiamento destas despesas.

Quadro 2 - Despesas Públicas

Indicadores (Em Milhões de dobras)	Progr. 2017	Real 2016	Estim 2017	Txa. exec.	Txa. cres
DESPESAS TOTAIS	3.160,38	2.628,01	2.189,36	69,3%	-16,7%
Despesas efectivas	2.981,10	2.515,63	2.095,46	70,3%	-16,7%
Despesas Primaria	1.444,48	1.369,67	1.280,62	88,7%	-6,5%
Despesas c/ Pessoal	701,6	684,3	680,8	97,0%	-0,5%
Bens e serviços	241,2	249,4	252,7	104,8%	1,3%
Transferência corr.	310,8	282,1	233,8	75,2%	-17,1%
Outras desp. Corrente	81,1	84,3	76,1	93,9%	-9,7%
Investimento Público	1.558,0	1.159,9	794,7	51,0%	-31,5%

Fonte: Direção de Orçamento

5. Balança Comercial

O saldo da balança comercial continua a refletir a fraca capacidade exportadora do país comparativamente ao excessivo volume das importações. Neste contexto, o saldo das transações comerciais de bens com o exterior atingiu um défice de 3.032.900,4 milhões de dobras, demonstrando assim, um aumento de 5,9%, face a 2016 (+168.943,5 milhões de dobras), resultado do aumento das importações ter sido superior ao acréscimo das exportações. A taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, situou-se em 2017 em 7,2% contra 7,5 % verificada no ano anterior.

Em 2017, as exportações de bens para os mercados externos atingiram 234.868,2 milhões de dobras, o que representa um aumento de 0,9% face a 2016 (+ 2.101,0 milhões de dobras). Esta evolução é justificada, em grande parte, pelo aumento de quantidade do produto exportado, principalmente o cacau, sendo o produto que mais contribui para o aumento das exportações totalizando em 186.033,0 milhões em 2017, representando assim 79,2% do total dos produtos exportados.

As importações de bens totalizaram 3.267.768,6 milhões de dobras, correspondente a um acréscimo de 5,5% relativamente ao ano anterior (+171.054,6 milhões de dobras). Esta variação representa uma aceleração em comparação com o crescimento de -1,1% registado em 2016.

No panorama das origens das importações, evidencia-se essencialmente a Europa e África com um peso mais de 62% e 24%, respectivamente, dos produtos consumidos no país, enquanto os produtos asiáticos vem ganhando peso na quota de mercado, ainda

que de forma tímida, em cerca de 7% no ano 2017. De salientar que Portugal e Angola totalizam 74,3% do total das importações, sendo que Portugal representa uma quota de 54,5% e Angola 19,8%. No entanto, o valor referente a Africa é fortemente influenciado pela importação dos produtos petrolíferos provenientes essencialmente de Angola. Enquanto a Espanha, França e os Países Baixos continuam a ser os principais destinos das exportações com uma quota de 16,6%, 16,1% e 29,6% respetivamente. No entanto, observa-se um crescimento bastante acentuado de exportações para Bélgica cerca de 13,8%.

Gráfico 4 - Balança comercial

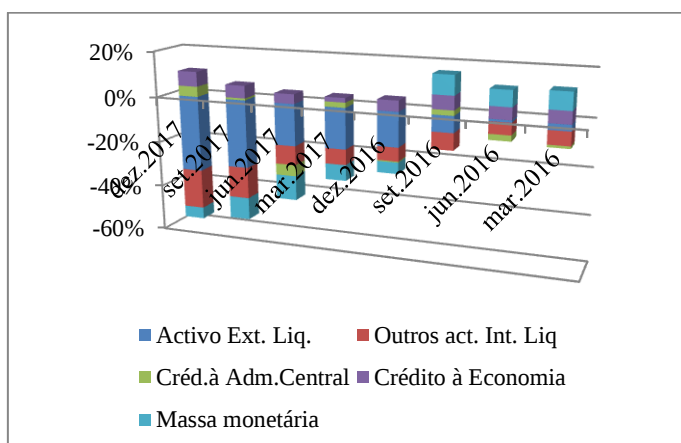


Fonte: INE

6. Sector Monetário e Financeiro

A massa monetária registou cerca de 2.697.000 milhões de Dobras marcando assim uma diminuição de 0,2% em termos homólogos (de Dezembro de 2016 a Dezembro de 2017), e uma redução de liquidez na economia de 5%.

Gráfico 5 - Fatores da redução da liquidez



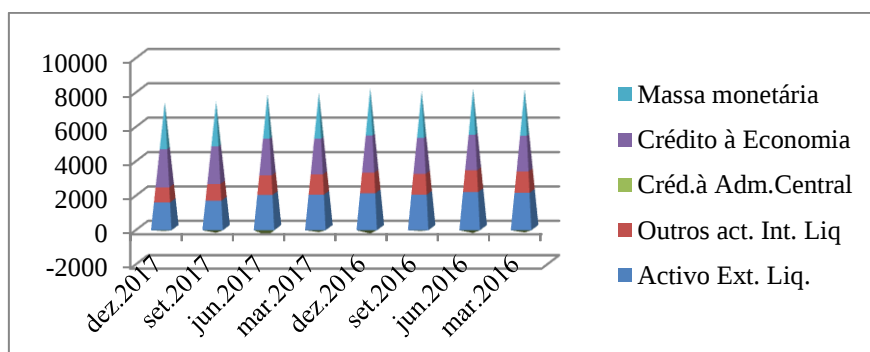
Fonte: BCSTP

O activo externo líquido situou-se por volta de 1.582.000 milhões de dobras, um abrandamento 25% face ao período homólogo, este resultado deveu-se à redução dos activos externos líquidos do BCSTP e dos bancos comerciais.

O crédito a economia em Dezembro de 2017 registou cerca de 2.168.000 milhões de dobras, um aumento de 3% face período homólogo. Este aumento resultou do aumento do crédito à Administração Estatal e Local e ao aumento do crédito às Sociedades Não Financeiras Públicas.

O crédito líquido a administração central diminuiu 42% em termos homólogos, registando uma diminuição num total de cerca de 196.000 milhões de dobras em dezembro de 2017.

Gráfico 6- Evolução da síntese monetária



Fonte:BCSTP

As reservas internacionais líquidas fixaram-se em 46,85 milhões de USD em Dezembro de 2017, tendo uma contracção de 2,83 milhões de USD em comparação com o valor registado em 2016, dado que as entradas de recursos externos terem sido inferior ao esperado.

6.1.Divida pública

Até finais de 2017 o nível do stock da dívida registou 310,1 milhões de dólares, ou seja, aumentou 31,2 milhões de dólares em comparação com o ano 2016.

O total da dívida com os parceiros multilaterais foi de 44,5 milhões de dólares, com os bilaterais 235,2 milhões de dólares e os restantes 30,3 milhões de dólares com a Dívida interna (13,3milhões de dólares com os fornecedores e 17 milhões de bilhetes de Tesouro). Para tal, o governo comprometeu-se a limitar o endividamento externo a empréstimos concessionais, com um teto indicativo anual de 4% do PIB.

7. Perspectivas para 2018 e 2019

De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional, a economia mundial deverá continuar a crescer a um ritmo moderado no ano de 2018 (3,9%) e (3,8%), em 2019. A maior contribuição para essa aceleração virá dos Estados Unidos da América e dos Países Emergentes e em Desenvolvimento, que deverão crescer em média 2,5% e 5,3%, respectivamente. Prevê-se que a taxa de inflação cresça na generalidade das economias avançadas para 2,1%, em 2018 e 2019, ao contrário, no conjunto dos Países Emergentes e em Desenvolvimento, deverá decrescer ligeiramente de 4,1% em 2017 para 3,9% em 2018 e 3,6% em 2019, e na zona euro de 0,4% para 1,1% e a mesma taxa em 2017.

As perspectivas económicas para 2018 e 2019 para São Tomé e Príncipe deverão ser melhores do que ano 2017. As principais fontes de riscos para as perspectivas são a próximas eleições Legislativas, Regionais e Autárquicas de 2018, prevista para Outubro ou Novembro deste ano, com o risco de gastos excessivos, e as fraquezas continuadas no setor bancário. O crescimento económico deverá manter-se em torno de 5% em 2018 e acelere gradualmente no médio prazo, apoiado por projetos com financiamento externo nos setores da construção, da agricultura e do turismo.

A inflação acumulada deverá situar-se na ordem dos 3%, a convergir para a média da zona euro, sustentada pela prossecução de uma política orçamental e monetária mais prudente, coadjuvada com a manutenção do Acordo de Paridade Cambial e pelas baixas de preços dos principais produtos de importação. O défice primário¹ doméstico projectado é de 1% do PIB em 2018 e ano seguinte.

¹ Direcção de Orçamento, OGE, 2016